

# OS ROMANOS NA ÁFRICA OU A ÁFRICA ROMANIZADA? ARQUEOLOGIA, COLONIZAÇÃO E NACIONALISMO NA ÁFRICA DO NORTE<sup>1</sup>

Claude Lepelley

Professor emérito de História Romana, Université de Paris X (Nanterre)

Paul Valéry escreveu certa vez que “a história é, infelizmente, inseparável do historiador” e Raymond Aron publicou um “Ensaio sobre os limites da objetividade histórica”.<sup>2</sup> Henri Marrou pensava, com justiça, que o “infelizmente” de Valéry era supérfluo.<sup>3</sup> O historiador, como ele mostrava em seu livro *Sobre o conhecimento histórico*, busca sempre conhecer e compreender a si mesmo, quando procura conhecer e compreender os homens do passado. “Um laço umbilical, escrevia ele, liga o historiador a sua história”, pois é “do mais profundo de seu ser que jorram as questões que, de antemão, orientam e determinam toda a pesquisa”.<sup>4</sup> Os positivistas do passado haviam acreditado poder alinhar a História com as Ciências Exatas, das quais eles faziam, de resto, uma ideia “cientificista” bastante ingênua. Nessa perspectiva, o historiador não seria mais do que um instrumento registrador restituindo uma história totalmente objetiva. Na verdade, é preciso reconhecer que uma obra histórica é também um testemunho sobre a época em que viveu o historiador. Guizot escrevia que “a história muda com o presente”, e acrescentava: “Fatos despercebidos se revelam nos fatos antigos. A experiência ulterior permite enriquecer os conceitos, a problemática, as questões que colocamos aos documentos do passado”.<sup>5</sup> Benedetto Croce diria as coisas mais radicalmente: “Toda história é história contemporânea”.<sup>6</sup> O perigo dessa

---

<sup>1</sup> Conferência inédita pronunciada na École Française de Rome, em 5 de fevereiro de 2002. Traduzida para o português com autorização do autor. Tradução: Julio Cesar Magalhães de Oliveira - Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil. e-mail: [jcmagalhaesoliveira@gmail.com](mailto:jcmagalhaesoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup> R. ARON. *Introduction à la philosophie de l'histoire*. Essai sur les limites de l'objectivité historique. Paris: Gallimard, 1938.

<sup>3</sup> H.-I. MARROU. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954, p. 47.

<sup>4</sup> *Ibid.* p. 201-202.

<sup>5</sup> F. GUIZOT. *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*. Bruxelas: Méline, Caen et Cie., 1851, p. 8.

<sup>6</sup> B. CROCCE. *La storia come pensiero e come azione*. Bari: Laterza, 1938, p. 5.

concepção (ou melhor, dessa constatação) é que o passado reinterpretado corre o risco de assim perder sua especificidade, a narrativa histórica não sendo mais do que uma projeção anacrônica do presente.

Eis um exemplo do peso do presente sobre a interpretação do passado. Dois grandes livros sobre a Antiguidade Tardia foram publicados imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial: *O Império Cristão*, de André Piganiol, e a *História Literária das Grandes Invasões Germânicas*, de Pierre Courcelle. Piganiol resumia sua visão na frase lapidar que termina a sua obra: “A civilização romana não morreu de morte natural. Ela foi assassinada”.<sup>7</sup> Assassinada, obviamente, pelos bárbaros germânicos. Poder-se-ia objetar que essa perspectiva negligenciava a longa sobrevivência do Império no Oriente bizantino e que os Germanos, no Ocidente, adotaram rapidamente a língua, a cultura e até mesmo o direito desse império cuja estrutura política eles haviam destruído: as invasões do século V, portanto, não assassinaram a *civilização* romana enquanto tal. Courcelle, por sua vez, oferecia uma brilhante antologia comentada dos textos contemporâneos descrevendo os horrores das invasões: as devastações, os massacres, as pilhagens, os incêndios, o terror que esmagava as populações.<sup>8</sup> Ele negligenciava, todavia, os textos que revelavam a rápida romanização dos invasores e o fato de que, passado o primeiro choque, muitas regiões haviam retomado uma vida tranquila. Vê-se bem que nossos dois autores haviam escrito seus livros durante os anos sombrios da ocupação da França pela Alemanha nazista, e eles revelam, de fato, o traumatismo que foi ressentido na época e que suscitou um violento antigermanismo. Assim, Courcelle atacava com veemência aqueles que, no século V, haviam buscado um acordo com os Germanos (como o monge gaulês Salviano), tratando-os de colaboradores, no sentido que a palavra havia tomado na França de Vichy. Piganiol e Courcelle eram grandes estudiosos e seus livros, por sua ciência e suas qualidades formais, permanecem instrumentos essenciais para quem estuda o fim da Antiguidade, mas é claro que uma leitura crítica se impõe a nós.

Se Marrou julgava legítimo (e inevitável) a parte existencial que entra em todo trabalho histórico, ele era justamente bastante severo com o que podemos chamar de instrumentalização da história, ou seja, sua utilização para justificar as ideologias políticas ou os nacionalismos agressivos. Esse é o caso, para manter o mesmo exemplo, das considerações dos historiadores alemães (como Otto Seeck) sobre as invasões germânicas, vistas como a regeneração racial e moral de um mundo romano corrompido por seus contatos com o Oriente semítico. Marrou sabia detectar a parte pessoal e subjetiva do trabalho do historiador, ele a legitimava e mostrava todo o seu

---

<sup>7</sup> A. PIGANIOL. *L'empire chrétien (325-395)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947, p. 422.

<sup>8</sup> P. COURCELLE. *Histoire littéraire des grandes invasions germaniques*. Paris: Hachette, 1948.

interesse, mas também alertava o leitor contra as deformações que dela podiam resultar.

Eu chego agora ao meu tema principal, mediante mais um desvio. É possível encontrar um bom resumo das concepções dos historiadores franceses sobre a história da Gália no manual de história da França redigido há pouco mais de um século por Ernest Lavisse, livro destinado a crianças e utilizado durante gerações, dentre as quais a minha.<sup>9</sup> Ele começa com a evocação dos Gauleses, ancestrais dos franceses. Descreve suas casas e seu mobiliário, e a conclusão é que se a criança encontrasse um gaulês hoje em dia, “ela acreditaria que era um selvagem”. Os pequenos gauleses não iam à escola: “Vocês não gostariam de ser ignorantes como essas crianças, não é?”. Depois da grande festa do “Gui”<sup>10</sup>, os gauleses se embebedavam e lutavam entre si: “os gauleses gostavam de discutir e brigar, como fazem os selvagens”.<sup>11</sup>

Segue-se uma evocação comovida da heroica resistência e do sacrifício de Vercingétorix. Mas, se nós viramos a página (nos dois sentidos da expressão), encontramos uma imagem representando uma cidade romana, com suas colunatas e suas fontes, e as crianças vestidas à romana indo à escola. Eis o comentário: “Os romanos sabiam fazer muitas coisas que os gauleses não sabiam fazer. Mas os gauleses eram muito inteligentes. Eles aprenderam a fazer tudo o que os romanos faziam. Então eles construíram belas cidades [...]. As crianças foram à escola para aprender a ler e escrever [...] e ainda muitas outras coisas”.<sup>12</sup> Nenhum lamento, portanto, pela cultura céltica. Os gauleses, antes da conquista romana, eram selvagens, termo que substituíam a palavra bárbaro, julgada muito difícil para crianças. Lavisse e seus contemporâneos eruditos estavam impregnados pelo humanismo clássico: para eles, não podia haver mais do que uma civilização, a cultura greco-romana da qual nós somos os herdeiros. Todavia, os romanos da Gália não eram vistos como os invasores, mas como galo-romanos, os gauleses romanizados. Não obstante o nacionalismo francês que anima todo o manual, a conquista de César não era vista como uma sujeição, mas como um benefício.

Atravessemos, enfim, o Mediterrâneo. Os países do Magreb são geograficamente muito próximos da Europa mediterrânica. No entanto, a conquista árabe e a islamização, a partir do século VII, fizeram dessas terras um mundo muito diferente: um profundo fosso cultural, religioso, político foi cruzado, fosso que não existia na Antiguidade.

---

<sup>9</sup> E. LAVISSE. *Histoire de France: Cours élémentaire*. Paris: Librairie Armand Colin, 1913.

<sup>10</sup> Ou “visco branco”, planta parasita aderida a uma árvore de carvalho, objeto de veneração dos gauleses (N.T.).

<sup>11</sup> *Ibid.* p. 1-3.

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 8.

Ora, a partir de 1830, esses países foram, por etapas, submetidos aos impérios coloniais francês e italiano (no que se refere à Líbia, a partir de 1911). Desde o início, os conquistadores descobriram inúmeros traços da presença romana antiga: dezenas de milhares de inscrições latinas, ruínas de cidades qualificadas muitas vezes de Pompeias africanas, obras de arte, dentre as quais muitos mosaicos. Os oficiais do exército francês tinham, em bom número, recebido uma formação humanista e aprendido o latim. Muitos se apaixonaram pela exploração arqueológica da região. Comunicaram aos especialistas o texto das inscrições que encontravam, fizeram o inventário das ruínas antigas que eles situavam em seus mapas oficiais. Assim nasceu, desde o início, o que poderíamos chamar, como já se disse sobre a Líbia italiana, “A épica do retorno” (esse é o título que Massimiliano Munzi deu a seu recente livro sobre a questão<sup>13</sup>).

Gaston Boissier era um eminente latinista, autor de um livro sempre citado sobre *Cícero e seus amigos*.<sup>14</sup> Em um discurso pronunciado em 1891 no Congresso das Sociétés Savantes, ele dizia: “Aceitemos a herança, Senhores [...]. Nós viemos continuar uma grande obra de civilização interrompida durante séculos. Nós retomamos a posse de um antigo domínio, e esses velhos monumentos diante dos quais o árabe não passa sem um sentimento de respeito e de espanto [!], são precisamente nossos títulos de propriedade”.<sup>15</sup> Na introdução de seu grande livro sobre *O exército romano da África*, publicado originalmente em 1892, René Cagnat escrevia: “Nós podemos, portanto, sem medo comparar nossa ocupação da Argélia e da Tunísia àquela das mesmas províncias africanas pelos Romanos. Como eles, nós conquistamos gloriosamente a região, como eles, nós asseguramos a ocupação, como eles, nós tentamos transformá-la à nossa imagem e ganhá-la para a civilização”.<sup>16</sup> Em 1897, o eminente arqueólogo Paul Gauckler, então diretor do Departamento de Antiguidades da Tunísia, escrevia: “Nós somos seus herdeiros [entenda-se, dos cartagineses e dos romanos], os restos de suas civilizações são nosso patrimônio.”<sup>17</sup> Incessantemente, retornam nesses escritos as palavras “herança”, “herdeiros”, “patrimônio”, “possessão”, “propriedade”, ou ainda “restauração”, “renascimento”. O milênio decorrido entre a conquista árabe do Magreb e a colonização francesa era visto, portanto, como um vazio, uma ausência de

---

<sup>13</sup> M. MUNZI. *L'epica del ritorno: archeologia e politica nella Tripolitania italiana*. Roma: “L'Erma” di Bretschneider, 2001.

<sup>14</sup> G. BOISSIER. *Cicéron et ses amis: étude sur la société romaine au temps de César*. Paris: Hachette, 1865.

<sup>15</sup> Citado em P.-A. FEVRIER. *Approches du Maghreb romain: pouvoirs, différences et conflits*. Aix-en-Provence, 1989, p. 89.

<sup>16</sup> R. CAGNAT. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs*. 2ª ed. Paris: Imprimerie nationale, 1913, p. 776.

<sup>17</sup> P. GAUCKLER. Les aménagements agricoles et les grands travaux d'art des Romains. *La France en Tunisie*, Paris, p. 22-39, 1897, aqui p. 22.

civilização. A história do mundo arabo-islâmico e de sua cultura era julgada sem interesse, inexistente.

Quando da conquista da Líbia pela Itália, a partir de 1911, essas noções foram exaltadas ainda mais, uma vez que a Itália se via ainda mais diretamente do que a França como a herdeira por excelência da Roma antiga. Massimiliano Munzi publicou há pouco tempo um livro sobre essa questão: *L'epica del ritorno. Archeologia e politica nella Tripolitania italiana*. Aí se vê a reprodução de um desenho publicado em 1911. Vemos o mar e uma praia. Um marinheiro italiano, tendo acabado de desembarcar, encontra na areia o esqueleto de um soldado romano, ainda conservando todo o seu equipamento: seu capacete, seu escudo, sua couraça, seus calçados. O marinheiro recupera o gládio do soldado e a legenda proclama: "L'Italia brandisce la spada dell'antica Roma".<sup>18</sup> Esses temas foram desenvolvidos sem medida nos tempos de Mussolini, quando eram exaltados na própria Itália para justificar a política nacionalista e autoritária do fascismo. Essa utilização de um mito da Roma antiga, ao preço de uma radical deformação da realidade histórica, foi analisada com perfeição por Andrea Giardina, no livro que publicou recentemente com André Vauchez ("Il mito di Roma, da Carlo Magno a Mussolini", "Roma: a ideia e o mito da Idade Média aos nossos dias").<sup>19</sup>

A Arqueologia era então chamada a justificar o empreendimento colonial, os documentos que ela revelava sendo considerados, como vimos, como os títulos de propriedade legitimando a conquista europeia e a espoliação das populações indígenas.

Vimos como, mesmo nos manuais destinados a crianças, a historiografia francesa do período apresentava (não sem razão) a Gália romana como o fruto de um processo de integração, de romanização: os romanos da Gália eram os gauleses romanizados, os galo-romanos. A mesma coisa se passava com os romanos da Espanha, os hispano-romanos. A própria Itália conheceu o mesmo processo: céltica ao norte, grega ao sul, etrusca ao centro, ela havia sido lentamente unificada pela Romanidade. Segundo as perspectivas analisadas aqui, a situação seria muito diferente ao sul do Mediterrâneo. Um indício é revelador: não se forjou para a região uma palavra correspondente a galo-romano ou hispano-romano: na África, os romanos eram simplesmente romanos. Quando eu redigia meu livro sobre a África romana no Baixo Império, confrontava-me com essa carência de vocabulário. Na época, adotei romano-africano, termo inventado,

---

<sup>18</sup> M. MUNZI. *L'epica del ritorno*, p. 23.

<sup>19</sup> A. GIARDINA; A. VAUCHEZ. *Il mito di Roma, da Carlo Magno a Mussolini*. Bari: Laterza, 2000.

creio, pelos historiadores ingleses (*Romano-African*, a partir do modelo de *Romano-British*): era mais belo que afro-romano e menos longo que africano-romano.

O latinista e epigrafista E. Masqueray propôs uma análise estatística da romanização da África. Ele constatava que em 1886, encontrava-se na Argélia 377 000 europeus. Uma vez que os romanos haviam dominado toda a África do Norte, ele supunha uma imensa migração de quatro milhões de italianos, o que seria a única explicação possível para o grande número de cidades romanas na África, a densidade das ruínas e das inscrições latinas, a importância da romanização da região.<sup>20</sup> A ideia de que os homens que viviam nessas cidades ou nesses campos pudessem ser africanos romanizados não parece ter-lhe ocorrido. Um guia turístico da Argélia publicado em 1906 (citado por David Mattingly em um estudo ao qual retornaremos) descrevia assim a África romana: “São milhares as famílias romanas que chegam à região. Contudo, a agitação dos indígenas continua e é em meio a insurreições, a espada numa mão e o arado na outra [!], que Roma persegue seu trabalho colonial e civilizador na terra da África”.<sup>21</sup> Vê-se claramente como a situação contemporânea da Argélia era projetada sem controle, tal e qual, para o passado antigo. O inventário das ruínas antigas no campo era frequentemente realizado por militares, notadamente por ocasião do estabelecimento dos mapas topográficos (pelos chamadas “Brigades topographiques”). Eles batizavam como “ruínas romanas” (“r.r.” no mapa) todos os vestígios de edifícios antigos, que poderiam, de resto, ser tanto númidas, bizantinos ou árabes medievais como romanos. Por outro lado, por deformação profissional, eles muitas vezes atribuíam uma função militar a esses edifícios em ruínas: tratar-se-iam apenas de torres, fortalezas, pequenos fortes, castelos, postos militares, e uma fazenda só poderia ser “fortificada”, mesmo quando o estado frequentemente insignificante dessas ruínas não justificava de modo algum a interpretação. Essa visão era, com frequência, aceita sem controle pelos arqueólogos de profissão. É assim que du Coudray de la Blanchère escrevia em 1882: “Tudo indica um estado ainda muito pouco seguro, uma colonização sempre incerta de sua sobrevivência, uma ocupação recente [*por que recente? Retornaremos a isso*] ou, em todo caso, pouco segura dela mesma. [...] Era um sistema de ocupação e de defesa infinitamente mais compacto, mais completo, menos confiante

---

<sup>20</sup> E. MASQUERAY. *Formation des cités chez les populations sédentaires de l'Algérie*. Paris: Ernest Leroux, 1886, p. 8-11.

<sup>21</sup> GUIDES PRATIQUES CONTY, Algérie-Tunisie. Paris, 1906, p. 288. Retomo essa surpreendente referência do estudo de David Mattingly, citado *infra*, n. 165.

e realmente mais militar que o nosso”.<sup>22</sup> Tratava-se, sim, como escreveu Paul-Albert Février, de uma visão militarizada e quase obsidional do mundo rural.<sup>23</sup>

Esses autores, dizíamos nós, projetavam no passado distante a situação de seu próprio tempo, situação essa que Gaston Boissier descrevia com lucidez, em seu livro intitulado *L’Afrique romaine*, publicado em 1895, nestes termos:

*Após termos vencido os antigos habitantes, nós não soubemos conquistá-los. Nenhuma fusão, nenhuma aproximação foi feita entre eles e nós. Eles vivem à parte, guardando fielmente suas crenças, seus hábitos e, o que é mais perigoso, seus ódios. Eles se aproveitam das vantagens que nossa ocupação lhes oferece, sem ser-nos agradecidos por isso. A Argélia contém duas populações vizinhas e separadas, que não se confrontam mais, que parecem mesmo suportar-se mutuamente [em 1895], mas que, no fundo, são inimigas mortais uma da outra e que não se imaginaria jamais deverem se confundir. É uma situação grave, que torna nossa autoridade precária, e leva à reflexão os espíritos sábios e previdentes.*<sup>24</sup>

E Boissier levantava então uma boa questão: “Era esse o caso no tempo dos Romanos?”

Dentre as ideias pré-concebidas que circulavam no período colonial e que, muitas vezes, ainda circulam, encontra-se a seguinte: os berberes, que constituem, como se sabe, desde a Antiguidade mais recuada, o fundo de população norte-africana, teriam sido marcados por uma espécie de maldição, por uma dupla incapacidade: aquela de fazer nascer uma verdadeira civilização e, portanto, de sair da pré-história; e aquela de se unirem para criar verdadeiros Estados, estruturas políticas vastas e elaboradas. Eles permaneceriam desde sempre confinados em organizações tribais dispersas, muitas vezes nômades, e em uma cultura primitiva. Por conseguinte, seriam predestinados a sofrer as dominações estrangeiras, que lhes imporiam suas civilizações: aquelas dos fenícios, transformados em púnicos, dos romanos, dos vândalos, dos bizantinos, dos árabes, dos turcos e, enfim, dos franceses. Essa teoria da inaptidão natural dos berberes para a civilização foi sistematizada entre as duas guerras mundiais pelo geógrafo Émile Gautier, em seu livro *Les siècles obscurs du Maghreb*, no qual abundavam as considerações etnológicas de coloração racista.<sup>25</sup> E no entanto, a própria história da

---

<sup>22</sup> R.-M. M. C. LA BLANCHÈRE. *Voyage d'étude dans une partie de la Maurétanie césarienne. Rapport à M. le ministre de l'Instruction publique et des beaux-arts*. Paris: Impr. Nationale, 1883, p. 121-122.

<sup>23</sup> FÉVRIER, *Approches du Maghreb romain*, p. 85.

<sup>24</sup> G. BOISSIER. *L’Afrique romaine: promenades archéologiques en Algérie et en Tunisie*. Paris: Hachette, 1895, p. 315-316.

<sup>25</sup> Publicado inicialmente em 1927, o livro foi reeditado em Paris em 1937 com o título *Le passé de l’Afrique du Nord: Les siècles obscurs*. (última reedição, Paris, 1952). Esses séculos supostamente obscuros recobririam, na verdade, toda a história medieval do Magreb. Pierre Salama conta que, quando Gautier homenageou Georges Marçais na primeira edição, o grande historiador da Idade Média árabe

Antiguidade se insurgia contra essa visão. Com efeito, sabemos que vastos reinos mouros e númeras foram criados no curso do século III antes da era cristã. O reino do leste, aquele dos númeras massílios, havia adquirido um grande poder no tempo da Segunda Guerra Púnica e seu rei, Massinissa, entre 206 e 148 a.C., dominou a maior parte da África do Norte, onde, aliás, foram criadas cidades brilhantes. Esses reinos duraram em torno de três séculos, até a anexação ao Império do último deles (a Mauritânia), em 39 d.C. Ora, não se pode constatar nada de semelhante na Gália ou na Espanha. Os povos gauleses não conseguiram jamais se unir e seus conflitos facilitaram em grande medida a empreitada de César. No Magreb, durante a Idade Média muçulmana, os reinos berberes prosperaram: assim, para citar apenas um deles, aquele dos Ziridas no tempo de Ibn Khaldoun (século XIV). O prisma deformador da visão colonial acabava, portanto, por negar as próprias evidências. É verdade que as línguas berberes não foram quase nunca escritas e que os Estados adotaram as culturas dominantes (púnica, latina, árabe). Mas as línguas célticas ou ibéricas não tiveram uma sorte melhor e, contrariamente aos dialetos berberes, acabaram por desaparecer (salvo nas Ilhas Britânicas, no que se refere ao céltico). Lembremos que Lavissee considerava como selvagens os gauleses antes da romanização. As populações berberes que conservaram até os nossos dias seus costumes e suas tradições (como é o caso dos Kabilas) eram vistas, portanto, como primitivas, fixadas por toda a eternidade na barbárie. Um autor, não me recordo qual, chamava-os de “os últimos bárbaros brancos”. Elizabeth Fentress soube mostrar, em um excelente livro publicado em 1996, o vazio dessas teorias, por vezes ainda sustentadas em nossos dias.<sup>26</sup>

Constata-se aqui uma vontade de encontrar a todo custo, na África, aquilo que eu chamaria de uma originalidade negativa, o que conduzia a negligenciar as semelhanças nas situações e evoluções do norte e do sul do Mediterrâneo. As conquistas da Gália e da África foram aproximadamente simultâneas, sincrônicas: 146 e 125 a.C. para a *Africa Vetus* e a *Narbonense*, César para as Três Gálias e a Numídia, enfim, no I século do Império, as províncias alpinas e a Mauritânia. Seguiu-se um longo processo de romanização, a adoção da cultura dominante helenístico-romana e o nascimento de culturas mistas, haja vista a manutenção parcial das diversas tradições locais. É o que se pode constatar em todas as províncias do Império. Ora, como notava Paul-Albert Février, “a historiografia francesa não empregou os mesmos conceitos, nem os mesmos termos para o Magreb e para suas próprias terras”. O discurso histórico era adaptado à

---

respondeu-lhe: “Obscuros, sim, para aqueles que não os conhecem!” (P. SALAMA, *Tableaux de Maîtres*. In: C. LEPELLEY; X. DUPUIS (orgs.). *Frontières et limites géographiques de l'Afrique du Nord antique*. Hommage à Pierre Salama. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 308).

<sup>26</sup> M. BRET; E. FENTRESS. *The Berbers*. Oxford: Blackwell, 1996. A parte da obra relativa à Antiguidade foi redigida por Elizabeth Fentress.



situação contemporânea. Na França, historiadores e arqueólogos que estudavam o período galo-romano pretendiam mostrar que, passada a violência das conquistas, a autoridade romana havia permitido à região ascender a um nível superior de civilização e de economia, enquanto os gauleses traziam sua contribuição dinâmica e original à vida do Império. Na África, segundo os pontos de vista dos mesmos arqueólogos e historiadores, os autóctones foram vistos como rebeldes perpétuos ou como os receptores passivos de uma romanidade estrangeira. Tudo se passava como se, atravessando-se o Mediterrâneo, tudo se tornasse diferente. Eventos idênticos, processos perfeitamente comparáveis recebiam interpretações opostas, sendo os julgamentos de valor invertidos. A diferença essencial, induzida desde a Idade Média pela arabização e pela islamização do Magreb (e, no período colonial, pela situação colonial), era indevidamente projetada no passado antigo.

Os anticolonialistas e os intelectuais dos movimentos nacionais magrebinos deviam, naturalmente, reagir contra uma Arqueologia que legitimava o empreendimento colonial, mas eles o fizeram ao preço do mesmo anacronismo que consiste na projeção para o mundo antigo da situação atual, apenas invertendo o julgamento de valor. Para os historiadores coloniais, a dominação romana havia trazido a paz, a civilização, uma prosperidade sem precedentes e que não seria jamais igualada no futuro. A essa visão idealizada da África romana era agora contraposta aquela de uma dominação estrangeira brutal, fundada na opressão e na espoliação da população autóctone. A longa história da África romana não era aquela dos magrebinos: lembremos da formulação de Boissier sobre os monumentos romanos como títulos de propriedade dos colonialistas franceses, recuperando sua herança. Tais expressões, de certo modo, despossuíam os norte-africanos de seu passado, ou em todo caso de uma parte importante desse passado, atribuindo-o aos imigrantes estrangeiros, enquanto que aqueles que poderiam ser considerados seus ancestrais, os líbios, ou seja, os berberes da Antiguidade, eram descritos como primitivos, incapazes de criar um Estado estruturado ou uma civilização digna desse nome, podendo ser, no melhor dos casos, os receptores passivos das culturas exteriores. Os magrebinos, muitas vezes, tenderam a tomar esse discurso ao pé-da-letra: aqueles monumentos, aquelas obras de arte (pensemos nos mosaicos), aquelas inscrições latinas, não eram seu patrimônio e não revelavam nada da história de seus ancestrais: eram apenas os vestígios de uma colonização passada, tão estrangeira e detestável quanto a colonização moderna. Uma tal atitude era potencialmente perigosa para a pesquisa arqueológica e para a simples conservação dos sítios arqueológicos, e devemos nos dar por felizes por, no mais das vezes e mesmo na Argélia, não se ter chegado a consequências desastrosas. Os partidários dessa ideologia não faziam mais do que retomar as considerações tantas vezes expressas pelos historiadores e arqueólogos franceses ou italianos, invertendo seus julgamentos de valor. Sua visão era apenas o negativo, no sentido fotográfico do termo, daquela dos historiadores da época colonial. Doravante, eram exaltadas as

resistências à romanização, os combates de Jugurta, as lutas do númida Tacfarinas que travou, no tempo de Tibério, uma guerra visando impedir a ocupação pelo exército romano do centro e do sul da África do Norte, e aquelas do príncipe mouro Firmo, rebelde do século IV. A esses rebeldes e, de um modo geral, às populações do passado, era atribuída uma consciência nacional africana, berbere, que eles certamente não possuíam. Um argelino, Mohamed Sahli, publicou já em 1965 um pequeno livro intitulado *Descolonizar a história: introdução à história do Magreb*.<sup>27</sup> Esse era pouco mais que um panfleto acusando indistintamente todos os historiadores, arqueólogos, geógrafos, juristas franceses tendo estudado a Argélia de não terem feito mais do que propagar a ideologia colonialista, embora esse amálgama não trouxesse nenhuma análise séria dos dados do problema. Toda e qualquer asserção, mesmo banal, de um autor francês era objeto de uma suspeita frequentemente injusta. O livro do marroquino Abdallah Laroui, *A história do Magreb: um ensaio de síntese*, publicado em 1970, é muito mais sutil, mas o autor, mais familiarizado com a história do mundo árabe medieval do que com a Antiguidade, não dominava as fontes antigas e não é, portanto, de se surpreender de vê-lo condenar os historiadores franceses por suas reticências em admitir a existência de uma consciência nacional magrebina na época romana.<sup>28</sup>

Eis um exemplo que estudei pessoalmente. A África cristã havia sido cindida no século IV pelo cisma donatista, que pretendia constituir uma Igreja pura, a Igreja dos santos e dos mártires, opondo-se a uma Igreja Católica cujos bispos teriam fraquejado durante a perseguição de Diocleciano ao entregar aos perseguidores os livros santos. Essa facção rigorista e intransigente teve sucesso entre a população camponesa e uma confraria fanática proveniente de suas fileiras, os circunceliões, estimulou até mesmo uma jaqueria na Numídia nos anos 340. A partir da publicação do livro do historiador inglês William Frend, *The Donatist Church: A Movement of Protest in Roman North Africa*, publicado em 1952, o Donatismo foi considerado como um movimento nacional berbere antirromano e como a expressão da revolta do proletariado rural contra seus opressores.<sup>29</sup> Os especialistas (Mandouze, Février, Peter Brown, A. H. M. Jones) mostraram o quanto tal interpretação desse conflito religioso violento era arbitrária e anacrônica.<sup>30</sup> Eu mesmo publiquei um estudo sobre os senadores donatistas, revelando

---

<sup>27</sup> M. SAHLI. *Décoloniser l'histoire*. Introduction à l'histoire du Maghreb. Paris: Maspero, 1965.

<sup>28</sup> A. LAROUÏ. *L'histoire du Maghreb: un essai de synthèse*. Paris: Maspero, 1970.

<sup>29</sup> W. H. C. FRENÐ. *The Donatist Church: A Movement of Protest in Roman North Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1952.

<sup>30</sup> A. H. M. JONES. Were Ancient Heresies National or Social Movements in Disguise? *Journal of Theological Studies*, v. 49, p. 280-298, 1959; A. MANDOUZE. Encore le donatisme. *L'Antiquité classique*, v. 20, p. 61-107, 1960; P. BROWN. Religious Dissent in the Later Roman Empire: the Case of

que o cisma recrutava seus adeptos em todas as categorias sociais, inclusive nas mais elevadas.<sup>31</sup> É verdade que os donatistas atualmente perderam, entre os historiadores magrebinos, a aura nacionalista com a qual Frensd os havia dotado: eles são agora tratados como integristas, às vezes até mesmo como terroristas, o que é uma outra manifestação da influência da atualidade na interpretação do passado.

O desejo de “descolonizar a história” conduziu certos meios argelinos a uma consequência radical e aberrante: a ideologia arabo-islâmica, emprestada aos partidos baasistas do Oriente Médio, levou seus partidários a negar a identidade berbere da região e a proibir sua expressão, linguística sobretudo. Donde a veemência da reação atual dos Kabilas a essa perseguição, a uma atitude, enfim, que, na realidade, ocultava a história pré-islâmica do país (atitude levada ao extremo pelos fundamentalistas islâmicos).

A dificuldade do projeto de descolonização da história revela-se em sua inteireza na interpretação que foi dada de um livro importante, publicado em 1976, aquele de Marcel Bénabou, *A resistência africana à romanização*.<sup>32</sup> O autor reunia nessa obra todos os elementos que atestavam a manutenção, durante o Alto Império, da especificidade africana: primeiro, a resistência armada, as insurreições recorrentes das tribos mauretianas; depois, as particularidades linguísticas, religiosas, onomásticas, etc., que mantiveram, apesar da romanização, a identidade africana. Bénabou constatava que uma insistência unilateral sobre a romanização resultava em uma imagem parcial e, portanto, deformada da realidade. Mostrava como as tradições pré-romanas, púnicas e berberes, haviam poderosamente contribuído para dar à África do período sua fisionomia e sua personalidade: tradições mantidas tais quais nas zonas que permaneceram à parte da romanização, ou então, nas demais regiões, mescladas às contribuições latinas sob a forma de uma cultura mista. Poder-se-ia contestar muitas coisas nesse livro realmente brilhante: assim, por exemplo, o fato de não levar suficientemente em conta as imensas diferenças que opunham a África Proconsular, pacificada e profundamente romanizada, às Mauritânias; e, sobretudo, de amalgamar sob o termo de resistência qualquer particularidade local. De fato, uma resistência suporia, da parte do Estado romano, a vontade de nivelamento, de extirpação de todo particularismo: ora, o Império não tinha nem o poder, nem a intenção de impor em suas províncias uma tal uniformidade. Posto isso, o livro era erudito, meditado,

---

North Africa. *History*, p. 83-101, 1961; P.-A. FÉVRIER. Toujours le donatisme. À quand l'Afrique? *Rivista di storia e letteratura religiosa*, v. 2, p. 228-240, 1966.

<sup>31</sup> C. LEPALLEY. Les sénateurs donatistes. *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*, p. 45-56, 1990, republicado em C. LEPALLEY. *Aspects de l'Afrique romaine*. Les cités, la vie rurale, le christianisme. Bari: Edipuglia, 2001, p. 345-356.

<sup>32</sup> M. BÉNABOU. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: Maspero, 1976.

nuançado e rompia deliberadamente, desde o prefácio, com todos os excessos das duas visões antagônicas. Ora, ele foi visto por ambas as partes como uma espécie de manifesto antirromano, o que, como ele me disse, desolou o autor. “Habent sua fata libelli”, os livros têm um destino próprio, que seu autor nem sempre previu. Em seu artigo de 1996, David Mattingly diz que essa obra (que ele certamente não leu mais do que superficialmente) é “radically anti-roman”. Ele crê que Marcel Bénabou seja um autor magrebino chamado Mohamed Benabou e, embora prestando a homenagem à qualidade do estudo, coloca-o no mesmo plano que o ensaio polêmico de Laroui.<sup>33</sup> O que mostra que o sr. Mattingly trabalhou aqui muito rapidamente, mas vê-se também o quanto essas questões ainda são sensíveis.

Eu gostaria agora, trocando os trajes do procurador pelos do advogado, de tomar a defesa dos autores de outrora. Reconheçamos, em primeiro lugar, nossa dívida para com eles: eles descobriram e publicaram uma massa considerável de documentos. Assim, estima-se em torno de 60 000 o número das inscrições latinas encontradas na África e publicadas até os dias de hoje. Se as fontes literárias são muito ricas para a época das Guerras Púnicas e para o fim da República, elas são bastante raras para o período imperial, exceto no que se refere aos textos cristãos, a partir do século III d.C. É, portanto, graças às descobertas epigráficas e arqueológicas que a história da África romana durante o Império pôde ser escrita e é, assim, uma parte imensa do passado que pôde chegar ao nosso conhecimento, saindo do esquecimento. Este reconhecimento é devido até mesmo a certos oficiais, qualquer que seja o posicionamento ideológico de seus trabalhos. Assim, podemos citar o caso do coronel Carbuccia que, à época da conquista, fez a primeira descrição arqueológica da Numídia do Sul. Monique Dondin-Payre, recentemente, prestou homenagem à sua obra, que guarda o testemunho de vestígios antigos hoje desaparecidos.<sup>34</sup> O comandante Delamare desenhou com talento e precisão, em meados do século XIX, centenas de inscrições e seus desenhos são, muitas vezes, o único testemunho que ainda subsiste desses documentos. A cultura humanística desses militares e seu conhecimento do latim haviam suscitado neles uma paixão pelas antiguidades que permitiu belas descobertas. Stéphane Gsell, René Cagnat, Paul Gaukler, Alfred Merlin eram grandes estudiosos (originários, muitas vezes, notemos de passagem, desta École Française de Rome), e reduzir sua obra a algumas citações exprimindo os preconceitos de sua época

---

<sup>33</sup> D. J. MATTINGLY. From one Colonialism to another: Imperialism and the Maghreb. In: J. WEBSTER; N. COOPER (orgs.). *Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives* (Leicester Archaeology Monographs, 3). Leicester, 1996, p. 49-69, aqui, p. 58. M. BÉNABOU, *op. cit.*, p. 12-13, toma claramente suas distâncias em relação às considerações nacionalistas de M. Sahli e A. Laroui.

<sup>34</sup> M. DONDIN-PAYRE. Réussites et déboires d'une œuvre archéologique unique: le Colonel Carbuccia au nord des Aurès. *Antiquités Africaines*, Paris, v. 32, p. 145-174, 1996.

é profundamente injusto. É essa atitude que devemos lamentar em um trabalho de um arqueólogo como David Mattingly, excelente conhecedor da arqueologia do Magreb, que, em um artigo publicado em 1996, dava uma antologia dessas asserções ideológicas retiradas de seu contexto, sem prestar, ao mesmo tempo, a homenagem devida à obra científica duradoura de alguns de seus autores e colocando-a no mesmo patamar que as citações retiradas de jornalistas e de vulgarizadores.<sup>35</sup>

A época da colonização francesa ou italiana remonta a um passado já distante e nós podemos dizer o mesmo das lutas pela independência. É chegada a hora de lançar sobre essa história um olhar distanciado e sereno. Constatemos, em primeiro lugar, que a deformação colonial da história da África romana era inevitável. Como já foi dito a propósito do antigermanismo dos historiadores franceses dos anos 1940, as paixões de uma época alteram o julgamento lançado sobre o passado. Os europeus que conquistavam a África do Norte abordavam um mundo muçulmano arabo-berbere totalmente estrangeiro e exótico a seus olhos. Ao contrário, as inscrições latinas restituíam o universo familiar de sua cultura clássica àqueles que haviam estudado. Não esqueçamos que, na época, qualquer pessoa que tivesse frequentado o ensino secundário havia aprendido o latim. Os mais letrados podiam até mesmo, em uma inscrição, encontrar jubilosos uma citação ou uma reminiscência de Virgílio. Reconhecia-se as cenas mitológicas encontradas nos mosaicos. A arquitetura dos monumentos romanos lembrava aquela dos edifícios neoclássicos e neobarrocos ainda construídos nessa época na Europa. A partir dos séculos III e IV d.C., a África tornara-se cristã e eram agora exumadas as ruínas de centenas de igrejas, com seus batistérios, mosaicos representando variados símbolos paleocristãos, inscrições exaltando a lembrança dos mártires ou citando abundantemente a Bíblia, e isso, em um país do qual o cristianismo havia totalmente desaparecido desde a Idade Média. Esse patrimônio arqueológico, que comovia os europeus, deixava as populações locais totalmente indiferentes. Era, portanto, ineluctável que os recém-chegados se considerassem como os herdeiros de um passado que eles ressuscitavam e que lhes parecia de certa forma familiar.

Do mesmo modo, era inevitável que os magrebinos em busca da independência exaltassem as lutas de seus ancestrais e considerassem Jugurta como um herói nacional, atribuindo aos africanos antigos seus sentimentos e suas aspirações. Tratava-se apenas da consequência lógica do confisco em benefício do conquistador do patrimônio histórico e arqueológico de seu país, patrimônio herdado do tempo em que,

---

<sup>35</sup> MATTINGLY, *From one colonialism to another*. O tom polêmico desse estudo acerca da historiografia francesa e italiana é bastante surpreendente. É verdade que são igualmente criticadas, com razão (à p. 60), as considerações racistas de um certo M. Mackendrik, em um livro publicado em Londres em 1980.

como todas as margens do Mediterrâneo, ele havia sido integrado no Império Romano. Com o passar do tempo, décadas após o fim da era colonial, pode-se considerar essas controvérsias com o olhar do historiador: elas são um excelente documento de história contemporânea, um eco dos conflitos e das ideologias que agitaram as gerações precedentes e que hoje pode ser analisado sem paixão, como o fazem os livros recentes de André Vauchez, Andrea Giardina e Massimiliano Munzi, que nós evocamos.

Mais do que isso. Os mesmos velhos autores dos quais citei suas formulações colonialistas, marcadas pelos preconceitos de seu tempo, foram levados, graças a seu conhecimento dos documentos que eles descobriam, a emitir julgamentos que contradiziam essas asserções. Lembremos que Gaston Boissier havia afirmado que os monumentos romanos da Argélia eram os títulos de propriedade dos colonizadores franceses. Lembremos também a inquietação do mesmo Boissier, constatando a hostilidade irredutível que opunha nesse mesmo país os imigrados europeus e a população muçulmana. Ora, eis o que ele escrevia em 1895, em seu livro *L'Afrique romaine*: As inúmeras inscrições latinas poderiam fazer crer que levas de Italianos haviam-se estabelecido na África. “Se esse fosse o caso, a conquista romana seria muito semelhante à nossa”. Seu colega latinista Masqueray imaginava, como vimos, a vinda de quatro milhões de europeus para a África romana. “Nada, dizia Boissier, pode indicar uma tal migração”:

*Os romanos tinham o sentimento de que eles poderiam muito bem chegar a conquistar o mundo, mas sabiam que não eram suficientemente numerosos para ocupá-lo. Por isso mesmo, procuraram em todos os lugares entender-se com os habitantes locais. Vimos que eles não destruíam as instituições existentes quando elas eram compatíveis com a sua segurança: eles preservavam os antigos governos municipais e serviam-se deles para administrar sua conquista; deixavam o poder nas mãos dos homens importantes da localidade que lhes ofereciam garantias. Desse modo, os vencidos se iniciavam, com o tempo, à vida romana. Tudo era feito aos poucos e gradativamente. Quando pensava-se ter chegado o momento, era-lhes conferido, primeiro, o direito latino, depois, a cidadania completa. [...] Os antigos habitantes e os novos acostumavam-se a viver juntos e acabavam por confundir-se. Foi isso que aconteceu na Espanha e na Gália: a fusão das raças aí aconteceu prontamente. Após um século ou dois, todo mundo era romano nessas regiões e seria difícil de distinguir aqueles que vinham realmente de Roma e aqueles que descendiam dos ibéricos ou dos celtas. Por que o que se passou nesses dois países não se teria também produzido na África? Roma teria alguma razão para renunciar à sua política habitual?*<sup>36</sup>

A resposta é não:

---

<sup>36</sup> BOISSIER, *L'Afrique romaine*, p. 321-324.

*De tudo o que acabamos de ver, segue-se que os romanos foram mais felizes do que nós na conquista dos indígenas. [...] Esses resultados que a história e, sobretudo, a epigrafia permitem constatar, ou ao menos suspeitar, levam-nos a crer que a dominação dos romanos deve ter produzido no Norte da África os mesmos efeitos que nas regiões ocidentais da Europa e que a situação aí devia ser, no final do Império, mais ou menos a mesma que na Espanha e na Gália.<sup>37</sup>*

Inúmeros documentos foram descobertos no último século e importantes estudos foram realizados. No entanto, a análise de Boissier ainda é irreprensível. Trabalhos precisos foram realizados sobre a onomástica que revelaram como, durante o Alto Império, em datas variadas segundo os lugares e os indivíduos, milhares de africanos adotaram nomes latinos, embora escolhendo com frequência cognomes tipicamente africanos: Fausto = favorecido; Donato = dado; Impetrato = obtido; Rogato = pedido; Optato = desejado. Subentendido: dado pelo deus, favorecido pelo deus, pedido ao deus, etc. Tratava-se de substitutos dos nomes púnicos em Baal = dom de Baal, favorecido por Baal, etc.: Aníbal, Marhabal, Asdrúbal, Muithumbaal, etc. Ou ainda Saturnino, relacionado a Saturno, a *interpretatio romana* de Baal Hammon. Ou nomes de bom augúrio, assim Félix ou Vítor. A adoção desses nomes permitia conciliar a integração à romanidade e a manutenção das tradições ancestrais. O grande livro de Jean-Marie Lassère sobre o povoamento da África Romana, *Ubique Populus*, de 1977, mostra de maneira definitiva que, em sua imensa maioria, os “romanos da África” eram africanos romanizados.<sup>38</sup> O fato de que, desde 1895, Boissier tenha pressentido esse dado fundamental mostra que nossa dívida para com os velhos autores não se restringe à sua contribuição puramente erudita (os *corpora* de inscrições ou de mosaicos, os atlas arqueológicos, as descrições de edifícios), mas que um certo número deles, apesar dos preconceitos e do senso comum de sua época, tiveram a intuição de dados históricos dos quais seus sucessores deveriam mostrar a pertinência nas gerações seguintes.

No momento da conquista da Líbia e na época mussoliniana, era um lugar comum exaltar a “épica del ritorno” e afirmar que os colonos sucediam a seus predecessores romanos que haviam outrora desbravado e cultivado o país, tendo o campo sido abandonado e transformado novamente em estepe após a queda do Império. Ora, as pesquisas arqueológicas na atual Líbia mostraram o caráter totalmente falacioso de uma tal perspectiva: elas mostraram, com efeito, que essa região jamais conheceu uma colonização romana. As cinco cidades gregas da Cirenaica guardaram suas tradições

---

<sup>37</sup> Ibid. p. 354.

<sup>38</sup> J.-M. LASSÈRE. *Ubique populus: peuplement et mouvements de population dans l’Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 a.C.-235 p.C.)*. Paris: CNRS, 1977.

helênicas e continuaram a dominar política e economicamente o país. As três cidades da Tripolitânia eram púnicas e permaneceram assim até sua romanização espontânea. Elas eram dominadas por uma aristocracia muito rica e poderosa, que o Império não privou de seus bens nem de sua autoridade. Inscrições bilíngues, púnicas e latinas, revelam que, na época de Augusto, esses aristocratas tinham nomes púnicos, mas adotavam gradualmente antropônimos latinos. É dessa aristocracia púnica que saiu o imperador Septímio Severo. Salvatore Aurigemma publicou em 1950 uma inscrição encontrada em Lépcis Magna que evoca o avô do imperador e que revela que ele foi sufeta, ou seja, magistrado púnico da cidade, e presidiu, sob Trajano, à transformação de sua pátria em colônia romana honorária.<sup>39</sup> O mito da colonização romana na Tripolitânia revelava-se, portanto, sem fundamento. Por outro lado, na Tripolitânia e nas demais regiões da África, os estudos prosopográficos revelaram o grande número de africanos que, a partir do século II, foram integrados na nobreza imperial, tanto na ordem senatorial, como na equestre. É esse processo que explica a fulgurante ascensão, até o poder imperial, do tripolitano Septímio Severo.

Os estudos sobre o exército romano da África suscitaram uma reviravolta de perspectivas igualmente considerável. As inscrições nos deram um conhecimento preciso desse exército, em primeiro lugar de seus efetivos. Dos confins orientais da Tripolitânia à fronteira da Mauritânia, perfaz-se, em linha reta, 1 200 km. Uma única legião (os 5 000 homens da *legio III Augusta*) era encarregada da tarefa de defender esse vasto território. Seus corpos auxiliares dobravam o efetivo, mas 10 000 soldados bastavam para vigiar a interminável fronteira do Saara e prevenir, a partir do quartel-general de Lambése, os eventuais ataques vindos da Mauritânia. A província da África Proconsular, ou seja, o coração da África romana, era *inermis*, o que quer dizer desprovida de tropas. Estamos, portanto, bem longe da visão militarizada e obsidional que prevalecia entre os historiadores do século XIX. Era uma situação comparável à da Gália, onde o exército estava concentrado ao longo do Reno, diante dos bárbaros, enquanto o interior do país permanecia isento de tropas. Por outro lado, a obra de Yann Le Bohec sobre a III Augusta revela que, a partir da segunda metade do século II, esse exército foi quase exclusivamente recrutado localmente.<sup>40</sup> Todavia, na parte ocidental da África do Norte, a Mauritânia, numerosas unidades militares auxiliares deviam enfrentar tribos poderosas, muito pouco romanizadas e que, periodicamente, se revoltavam. Totalmente inadequada no leste, a concepção um tanto quanto obsidional da África Romana revelava-se mais pertinente na Orânia e no Marrocos atuais.

---

<sup>39</sup> S. AURIGEMMA. L'avo paterno, una zia ed altri congiunti dell'imperatore Severo. *Quaderni di Archeologia della Libia*, v. 1, p. 59-78, 1950.

<sup>40</sup> Y. LE BOHEC. *La Troisième Légion Auguste*. Paris: CNRS, 1989 (Études d'antiquités africaines).



É verdade que, nos tempos de César e de Augusto, houve uma verdadeira colonização no norte da Tunísia atual: a colônia cesariana de Cartago com suas dependências, as colônias de Útina e de Sica Venéria. Essas regiões eram destinadas a acolher os veteranos das guerras civis. Todavia, a colonização interrompeu-se em seguida, salvo na zona militar do sul (Timgad foi criada no ano 100 da era cristã). Em outras partes, as descobertas epigráficas e os estudos rigorosos que elas suscitaram permitiram constatar como as cidades africanas passaram, por etapas, do status de cidade peregrina mantendo as instituições locais (tais como a existência de magistrados chamados *sufetas*) àquele de município latino ou de colônia romana honorária. Esses status implicavam uma romanização das instituições municipais e uma atribuição da cidadania romana (aos notáveis do município latino, a todos em uma colônia honorária). Ora, sabemos que essa evolução foi espontânea e não imposta. Foram os habitantes dessas cidades que solicitaram à autoridade romana essas mudanças de status que eles consideravam como promoções. O resultado foi que, quando Caracala, em 212, generalizou no Império a cidadania romana, essa medida pôde ser vista, na África, como em todo o Ocidente, como uma simples conclusão de um processo há muito encaminhado.

Há um outro dado que se deve levar em conta para se ter uma visão objetiva da África romana: a longa duração. Lembrar esse dado pode parecer supérfluo, pois trata-se de uma evidência, mas ela foi muitas vezes ocultada. A África romana começa em 146 a.C., quando a República anexou o norte da atual Tunísia, após ter destruído Cartago. Ela termina quando da tomada da mesma cidade de Cartago pelos conquistadores árabes muçulmanos, em 698: no total, cerca de oito séculos e meio. Trata-se, portanto, de uma longuíssima história, de uma fase considerável da história do Magreb. Logo, a rejeição dessa fase pelos nacionalistas magrebinos constituiria uma amputação gravíssima de seu patrimônio histórico, de sua memória coletiva, posto que, contrariamente às ideias recebidas, esses romano-africanos eram de fato seus ancestrais. Também nesse ponto, a historiografia antiga contribuiu para essa ocultação devido a um desprezo injustificado pela Antiguidade Tardia e pela Alta Idade Média, reputadas épocas de decadência em relação à Antiguidade Clássica idealizada. Esse foco sobre o Alto Império resultou em uma espécie de achatamento cronológico. Acrescentava-se, salvo em alguns especialistas da patrística como Paul Monceaux, uma hostilidade voltairiana ou laica (ou melhor, laicista) diante do cristianismo (como se vê em Stéphane Gsell). Todos nós, que seguimos os passos de Marrou, tivemos muito trabalho para fazer justiça a essa época tardia e, assim, recolocar na longa duração e em toda a sua consistência histórica a história da África romana.

Paul-Albert Février escreveu que “o Magreb antigo era fundamentalmente diferente do sistema colonial que nós conhecemos: devemos lembrar esse fato para evitar todo anacronismo”.<sup>41</sup> Dito isso, seria possível encontrar, na época moderna e contemporânea, uma sociedade que pudesse nos dar, a título de comparação, uma ideia aproximada do que era a África romana? Do meu ponto de vista, se a comparação com a colonização contemporânea, francesa, italiana ou britânica se revela falaciosa, poder-se-ia ousar uma comparação com os países da América Latina. Aí se encontra uma língua e uma cultura dominantes, espanhola e, no Brasil, portuguesa. Consta-se uma mistura étnica que é geral em certos países, bem como impressionantes formas de sincretismo religioso, assim o catolicismo hispânico misturado às crenças indígenas ou ainda ao vodu africano. A sociedade se caracteriza por enormes desigualdades de renda e os poderosos grandes proprietários de terra possuem enormes fortunas, dispendo de uma autoridade considerável e oprimindo os miseráveis *peones*, que, por vezes, se revoltam com violência. Nas regiões mais afastadas, tribos indígenas ainda vivem segundo seus costumes ancestrais. Essa situação é herdeira de uma história que remonta a cinco séculos, desde Cristóvão Colombo. Do meu ponto de vista, poder-se-ia transpor essa descrição ponto por ponto para a África romana (particularmente para o período romano tardio, sobretudo se se tem em mente a longa duração de sua história de mais de oito séculos). A difusão cada vez maior, no decorrer do Alto Império, da cidadania romana, generalizada a partir de 212 pelo edito de Caracala, havia favorecido uma mistura étnica unindo os descendentes da minoria de imigrantes europeus com a população local. As estruturas tribais tradicionais sobreviviam nas zonas meridionais, às margens do Saara, e nas montanhas da Mauritânia, onde as revoltas muitas vezes eclodiam (com regularidade?). Mas nenhuma fonte evoca distúrbios de caráter étnico ou nacional no coração da África romana, ou seja, na África Proconsular e na Numídia. A situação aí não parecia ser muito diferente daquela que pode ser constatada na Gália ou na Espanha.

Eu citava no início as reflexões de Marrou sobre a parte existencial, pessoal e, portanto, subjetiva que entra inevitavelmente na obra do historiador. A análise do impacto da colonização e da descolonização sobre a visão da África antiga deu a essas considerações uma ilustração espetacular. Todavia, nós pudemos constatar que, graças ao enriquecimento considerável do número de documentos descobertos e graças às pesquisas pacientes e rigorosas dos historiadores, uma feição muito diferente da África romana começou a emergir. Correndo o risco de ser acusado de positivismo, eu ousaria afirmar que se trata, nesse caso, para citar Tucídides, de um resultado definitivo, uma “aquisição para sempre”, *ktèma eis aei*.

---

<sup>41</sup> FÉVRIER, *Approches du Maghreb romain*, p. 215.

Pode-se constatar que os trabalhos eruditos realizados de um século para cá desmantelaram gradativamente tanto a visão colonial inicial da África romana, como a visão anticolonial, que era apenas o negativo da primeira. Daí resulta o que poderíamos chamar de uma banalização da história antiga da região, uma vez que todos aqueles contrastes radicais com as outras regiões do Ocidente romano que nossos predecessores haviam acreditado poder identificar se revelaram inexistentes. É preciso, no entanto, admitir que arrancar pela raiz os preconceitos não é tarefa das mais fáceis: os trabalhos eruditos dos especialistas são pouco conhecidos além de um círculo estreito e seus resultados encontram dificuldade em se impor ao grande público, mesmo culto, que prefere muitas vezes as imagens de Epinal.<sup>42</sup> No entanto, a esperança é sempre permitida. Um imenso trabalho de pesquisa arqueológica está em curso na Tunísia e numerosos pesquisadores tunisianos de grande qualidade estão nele empenhados com entusiasmo e competência. São empregados grandes esforços de conservação e de valorização do patrimônio e tanto pesquisadores, como autoridades de tutela política e administrativa afirmam em alto e bom som sua vontade de assumir o conjunto da herança histórica do país, seja ela berbere, púnica, romana, paleocristã ou muçulmana. Para esses colegas tunisianos, notadamente os mais jovens, a página das controvérsias de outrora foi totalmente virada, ou melhor, ela não é mais do que um objeto de reflexão histórica. Por efeito da emulação, um esforço comparável começa a vir à luz no Marrocos. E eis um fato ainda mais inesperado: em abril de 2001, eu participei de um colóquio internacional sobre Santo Agostinho reunido em Alger, por iniciativa do presidente Bouteflika. Os participantes provinham de diversos países, da Europa e até mesmo dos Estados Unidos e do Japão. Ouvimos na ocasião André Mandouze, Serge Lancel, François Dolbeau, Angelo di Bernardino, do Instituto Augustinianum de Roma.<sup>43</sup> O presidente argelino, em sua mensagem aos congressistas, citou essa interpelação de Marrou, endereçada em 1976, que pensava sobretudo à difusão do pensamento agostiniano na Igreja do Ocidente: “Eu gostaria de mostrar que houve uma transferência do sul para o norte, da África para a Europa... Não sei se vocês, magrebinos, pensam nisso suficientemente... Mas acredito que vocês deveriam ser orgulhosos disso, de ter oferecido à Europa os mestres que a formaram, sejam eles Tertuliano, Cipriano ou Agostinho. ... A Europa inteira foi, desse modo, fecundada e educada por seus ancestrais, seus pais”.<sup>44</sup> A afirmação dessa nova vontade da Argélia de assumir seu passado, inclusive o passado romano e cristão durante tanto

---

<sup>42</sup> Representação exageradamente esquemática (muitas vezes de um otimismo excessivo) de uma realidade complexa (N. T.).

<sup>43</sup> Comunicações publicadas em P.-Y. FUX; J.-M. ROESSLI; O. WERMELINGER (eds.). *Augustinus Afer: Saint Augustin, africanité et universalité. Actes du colloque international, Alger-Annaba, 1-7 avril 2001*. Friburgo: Éditions universitaires, 2003.

<sup>44</sup> *Ibid.* p. 44.

tempo oculto e mesmo recusado, foi por diversas vezes proclamado no curso daquele encontro, que teve localmente um grande impacto midiático. O organizador do colóquio, o sr. Bou-Ayad, concluiu o encontro nestes termos: “Quiseram nos impor um pensamento único, aquele dos talebãs. Este colóquio mostra que nós o recusamos”. É uma grande satisfação para os historiadores da Antiguidade, tantas vezes vistos como vivendo fora do mundo real, constatar aqui que as suas pesquisas sobre um passado distante podem contribuir para iluminar e pacificar o presente.

Eu citava no começo a formulação de Paul Valéry, “a história é, lamentavelmente, inseparável do historiador”. Eu gostaria, para concluir, de citar Valéry ainda uma vez: “Nós, as civilizações, sabemos doravante que somos mortais”.<sup>45</sup> Encontram-se no Magreb as ruínas de uma romanidade e de uma cristandade defuntas e é essa ruptura que torna particulares, diferentes, difíceis as abordagens históricas dessa região, especialmente por parte dos próprios magrebinos. Que não se imagine, por isso, como alguns o fizeram, que a ruptura se explique pelo caráter superficial e frágil de uma romanização e de uma cristianização que não seriam mais do que um leve verniz. Há testemunhos demais que revelam a profundidade e o dinamismo da romanidade e do cristianismo africanos antigos para que se possa contentar com essa explicação. Mas o que teria permanecido do uso da língua românica e do cristianismo na Espanha se os cristãos do norte não tivessem reconquistado a Andaluzia árabe? Pouca coisa, seguramente. No Magreb, contudo, a solução de continuidade na história dessa civilização revelou-se definitiva. E é perturbador lembrar que é exatamente nesse país que foi escrita esta grande meditação sobre o caráter transitório, face à eternidade divina, dos impérios e de todas as construções do gênio humano, que é a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho.

---

<sup>45</sup> P. VALÉRY. La Crise de l’Esprit. *Nouvelle Revue Française*, v. 71, p. 321-337, agosto 1919, aqui p. 321.